

Revisitar o dogma: os desafios de uma mariologia cristológica nos tempos atuais

Francisco Thallys Rodrigues*

RESUMO: Os dogmas, enquanto verdades da confissão de fé das comunidades, procuram responder aos problemas em torno da fé e assegurar elementos essenciais. O dogma cristológico de Calcedônia explicita a figura de Maria em função da compreensão da humanidade/divindade de Jesus. Contudo, a distância do contexto dos dogmas dificulta o seu entendimento e pode gerar incompreensões, bem como explicitações mariológicas para além daquilo que o dogma procurou assegurar e sem embasamento bíblico. Nesse sentido, a necessidade de uma constante hermenêutica dos dogmas impõe-se como imprescindível para evitar distorções. O presente artigo visa retomar as afirmações do dogma calcendônio procurando explicitar a vinculação entre as afirmações cristológicas e a referência à Maria. Tal releitura pode corroborar para a compreensão dos desafios da mariologia atual na medida em que exige articulações que estejam associadas à centralidade de Cristo.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Humanidade. Calcedônia.

* Bacharel em Filosofia, estudante de teologia da FAJE. E-mail: thallysrodrigues10@gmail.com.

Introdução

A presença de Maria no discurso teológico atravessa tempos, espaços, culturas e povos para além das referências bíblicas. Suscita questionamentos e acolhida ao mesmo tempo. Não é um discurso recente, mas tem se modificado ao longo da história. Tendo sido condensado em fórmulas dogmáticas, tratados e obras literárias. Revisitar muitos destes dogmas pode permitir a renovação do discurso presente e, ao mesmo tempo, melhorar a compreensão do dogma.

Dito isto, o nosso estudo parte do sentido e atualidade do dogma procurando compreender a sua validade para nosso tempo (primeira parte) e sua referência ao evangelho como base fundamental e critério de compreensão (segunda parte). Em seguida, escolhemos um dogma, o da maternidade de Maria, para revisitar, procurando descobrir sua origem e significado (terceira parte) para, então, analisar as dificuldades inerentes à mariologia de nossos tempos (quarta parte).

1. Sentido e atualidade do dogma

A compreensão da palavra dogma no senso comum mostra-se enrijecida e aparentemente antiquada para nossos tempos. Em parte, esta situação advém da própria ausência de uma hermenêutica em torno dos dogmas, bem como dos resquícios de uma teologia tradicionalista. O dogma apresenta-se como inibidor da liberdade humana e distante do evangelho (KASPER, 1967, p.127). Parece aprisionar a alegria da mensagem evangélica em conceitos racionais que se impõem como válidos para todos os tempos (AIELLO, 1995, p.411). Contudo, tal compreensão é rasa e exige uma hermenêutica dos dogmas.

A história do conceito dogma é complexa e longa, somente nos tempos modernos este conceito torna-se decisivo. No período patrístico-medieval¹, ele era usado para questões disciplinares, não para formulações da fé elaboradas nos concílios². Somente a partir do século XVI o conceito ganhou mais espaço na teologia com a releitura de Vicente de Lerins (KASPER, 1967, p.134). Desejava-se manter clara a distinção entre a doutrina da Igreja e a opinião teológica, bem como responder aos questionamentos da modernidade em relação à fé. Gestou-se a compreensão atual “segundo o qual apenas se considera sob essa designação aquilo que a Igreja esclarece como sendo uma verdade revelada, seja através duma doutrina geral de alcance universal, seja através dum parecer doutrinal solene” (KASPER, 1967, p.135).

¹ As confissões de fé e doxologias presentes na liturgia do batismo e da eucaristia não podem ser classificadas como doutrinas, pois era uma profissão de fé pessoal dentro da comunidade eclesial (KASPER, 1967, p.131).

² Exceções são Vicente de Lerins (antes de 450) e seu contemporâneo Gennarius (por volta de 497).p.134.

Entretanto, a fixação do dogma pela autoridade ocorre apenas no concílio Vaticano I que, embora não utilize o termo, afirma a necessidade de ser crido e, ao mesmo tempo, sua relatividade, uma vez que “o dogma é simplesmente uma declaração humana análoga à verdade divina, mas inadequada” (KASPER, 1967, p.136). Este cenário de contraposição começou a mudar quando a Igreja entrou em um processo de diálogo buscando reconhecer sinais da revelação no mundo. O Concílio Vaticano II (cf. LG 25, DV 7-10), também sem usar o termo, propôs uma visão menos doutrinal e mais propensa ao diálogo com a modernidade (Dicionário, p.570).

Dito isto, é importante lembrar que o Evangelho deve ser a base e o horizonte nos quais o dogma se insere. Nesse sentido, o dogma deve estar a serviço do evangelho, da vida concreta das comunidades, tendo consciência de que a dinâmica inerente ao evangelho é maior que qualquer dogma ou instituição. As confissões de fé do NT não são dogmas, mas estão ligados a questões locais. “Permanecem relacionadas com as situações confessionais do momento, adquirindo acentuação e formação sempre continuada a partir das situações que se vão transformando”. (KASPER, 1967, p.130).

Por conseguinte, os dogmas visam assegurar elementos importantes da fé enquanto tentam responder a problemas das comunidades cristãs num momento determinado da história. O intuito fundamental é esclarecer e reafirmar aspectos da fé que não estão claros e são essenciais para a vida da comunidade. A distância histórica das formulações dos dogmas dificulta sua compreensão e valorização. Por isso, a Igreja tem a tarefa de, quando enfatiza um determinado dogma, esclarecer o sentido e atualidade deste dogma para a comunidade crente do tempo atual. Tal atitude exige uma compreensão profunda do processo que gestou o dogma, bem como a percepção dos sinais dos tempos e de que a dinâmica do evangelho é sempre maior e mais ampla que uma formulação de fé (KASPER, 1967, p.130).

2. O critério bíblico

Realizado este preâmbulo acerca da compreensão e sentido do dogma, faz-se necessário retornar às Escrituras, especialmente aos evangelhos. Vale recordar que os evangelhos são diferentes interpretações da fé da pessoa de Jesus. Formam uma bela colcha de retalhos coloridos (MURAD, 2012, p.36). A referência a Maria está ligada a Jesus e à comunidade de seus seguidores dentro do contexto da comunidade de cada evangelista.

As Escrituras se apresentam como critério e base para toda reflexão teológica. A centralidade de Cristo é nota fundamental em toda interpretação das Escrituras (MURAD, 2012, p.125). A presença de Maria está sempre ligada à figura de Jesus. Para nosso estudo, o interesse está centrado nos dados bíblicos que descrevem Maria como mãe de Jesus, isto é, que dão base para a afirmação de Maria mãe de Deus.

Dado incontestável é que os evangelhos afirmam que Maria de Nazaré é a mãe de Jesus. Entretanto, o modo como se explicita é diferente e atende opções narrativas distintas. Marcos não apresenta nenhuma característica particular de Maria. Ela é incluída no grupo dos familiares de Jesus com que ele rompe os laços tradicionais para, na liberdade, servir ao reino e ao Pai (Mc 3,31-35). Depois, Maria aparece novamente como mãe de Jesus na situação de desprezo dos contrários de Jesus por sua procedência (Mc 6,1-6). Mateus dá um passo a mais descrevendo Maria como a mãe virginal do Messias pela ação do Espírito Santo (MURAD, 2012, p.42) no bloco da infância de Jesus nos capítulos 1 e 2.

Lucas, que visualiza Maria como modelo de discípula para toda a comunidade, descreve Maria como a mãe de Jesus (Lc 1,26-38) e coloca na boca de Isabel uma saudação: “como mereço que a mãe do meu Senhor me venha visitar?” (Lc 1,43). Alguns autores veem neste encontro destas duas mulheres o encontro do povo de Israel com a salvação trazida no ventre de Maria (Cf. FABRIS, 2006, p.34). Maria é a bendita entre as mulheres, pois acreditou na eficácia da Palavra de Deus (cf. Lc 1,45).

Em João, Maria aparece emoldurando momentos decisivos da vida de Jesus, no início e fim de sua vida pública. A sua presença, nas palavras de Beutler, mostra o papel histórico-salvífico do feminino (BEUTLER, 2016, p.440). Ela é chamada de “Mulher” nos dois episódios, torna-se modelo de discípulo e da Igreja (MAGGIONI, 2006, p.304). Para além dos evangelhos, a carta aos Gálatas fala de Jesus como nascido de mulher, a fim de garantir a verdadeira humanidade de Jesus e sua historicidade como crucificado e ressuscitado diante de tendências espiritualistas (Gl 4,4-5) (AIELLO, 1995, p.413).

Após este percurso, torna-se evidente que todas as referências a Maria no NT estão associadas à figura e à ação de Jesus, fazem parte do projeto redacional-teológico de cada evangelista na medida em que manifesta a importância de Maria como colaboradora na história da salvação. A referência a Maria como mãe de Jesus ou a Jesus como nascido de mulher assegura que Jesus foi um homem concreto, que Ele é o Verbo encarnado, como mostra João em seu prólogo. A figura de Maria não tem sentido por si só, isto é, sem referência a sua abertura à vontade de Deus, como educadora de Jesus e discípula que se põe a caminho.

3. O concílio de calcedônia

Os concílios, desde o início, se apresentaram como o espaço de debate e esclarecimento comum dos aspectos da fé do conjunto da Igreja. Cada concílio está marcado pela situação vital na qual a Igreja se encontra. Os primeiros concílios oferecem balizas para a compreensão e vivência dos elementos fundamentais da fé.

O concílio de Niceia estabeleceu que as três pessoas da Trindade são da mesma essência (*ousía*) de modo a salvaguardar a unidade de Deus. Neste concílio, a afirmação

da divindade de Jesus, isto é, Jesus é consubstancial ao Pai, foi fundamental para fazer frente a Ário. Entretanto, se por um lado se afirmou a divindade de Jesus, por outro havia questionamentos vindos do Apolinarismo que tendia a diluir a humanidade em favor da divindade.

Era um ambiente bastante complexo e tenso. Os gnósticos não podiam conceber que Jesus tivesse passado pelo ventre de Maria, por isso afirmavam que Jesus passou pelo ventre de Maria como a luz atravessa uma janela (MURAD, 2012, p.136). Nestório, por outro lado, afirmava o nascimento de Jesus em Maria, mas não podia associar a natureza de Maria e o Logos, por isso ela devia ser chamada de Cristotokos (TEMPORELLI, 2010, p.32-33).

Apesar da presença³ de Maria na comunidade e no credo ser anterior aos concílios (TEMPORELLI, 2010, p.29), ela não é afirmada em si mesmo, mas associada a Jesus. Nesse sentido, a formulação do Concílio de Constantinopla, quando faz referência à virgindade de Maria, visa assegurar a intervenção divina em Maria e esclarecer o alcance humano e histórico da encarnação. (AIELLO, 1995, p.414).

Na sequência, o concílio de Éfeso, seguindo o parecer de Cirilo, reafirma a unidade da pessoa de Jesus, na medida em que assevera uma comunicação entre o humano e o divino, no qual as realidades históricas vividas por Jesus tocam sua divindade. Por conseguinte, Maria é mãe de Jesus Cristo por inteiro, não somente de sua humanidade (MURAD, 2012, p.137-138). Contudo, o contexto deste concílio é tenso e difícil. O momento de ratificação⁴, da afirmação de Maria como mãe de Jesus Cristo, acontece no concílio de Calcedônia⁵.

O Concílio de Calcedônia sintetiza a virgindade e a maternidade de Maria de modo a encerrar as discussões e assegurar a humanidade e a divindade de Jesus em oposição a qualquer monofisismo. A explicitação da maternidade de Maria é o modo de assegurar a afirmação da humanidade de Jesus. Maria torna-se parte dos argumentos cristológicos. Contudo, esta afirmação está numa linha mais genética⁶ e menos preocupada do ponto de vista existencial.

³ “Orígenes, Basílio e Epifânio usaram a palavra grega Theotókos, que literalmente significa ‘parturiante de Deus’. A palavra Theotókos aparece também em algumas orações a Maria. A mais antiga seria datada do final do século III, e se inicia assim: ‘sob a tua proteção, nos refugiamos, ó Theotókos!’”. (MURAD, 2012, p.137).

⁴ Temporelli recorda que “a de definição solene da Theotokos foi realizada em Éfeso, bem como o essencial da doutrina, mas a formulação verbal com maior valor dogmático expressamente declarado foi obtida com o Concílio de Calcedônia. Ressaltemos também que, tanto em Éfeso como em Calcedônia, a fórmula carece da referência ao Espírito Santo, princípio da encarnação e, portanto da maternidade divina”. (TEMPORELLI, 2010, p.46).

⁵ O Concílio de Calcedônia também se tornou uma possibilidade de fazer um balanço sensato de modo a, sem negar o concílio de Éfeso, resgatar as contribuições de Nestório (MURAD, 2012, p.138).

⁶ “Convém notar que os documentos conciliares usam apenas os termos de conotação fisiológica e concreta referentes ao parto, como Theotokos, Deu Genetrix e, mais precisamente, Deípara (parere – parir), e não à maternidade em geral.” (TEMPORELLI, 2010, p.26).

A sua intenção era a de afirmar a unidade da pessoa de Cristo. Reconhecer Maria como mãe de Deus significa, na verdade, professar que Cristo, filho de Maria segundo a geração humana, é Filho de Deus e Deus ele próprio. Deus, portanto, nessa expressão designa unicamente a pessoa do Filho. (...) Theotókos, teologicamente, significa, por conseguinte, não genitora da divindade, mas genitora do Verbo encarnado (AIELLO, 1995, p.412).

Apesar do dogma não levar em consideração a evolução inteira da maternidade, a releitura do dogma pode permitir leituras mais coetâneas⁷. Leituras que, sem abandonar o dado fundamental do evangelho e do dogma, explicitem elementos para além da questão genitora e parturiente. Neste processo, uma possibilidade é pensar Maria como meio pelo qual Jesus se liga a toda a humanidade, conseqüentemente, a maternidade não é uma concepção meramente físico-natural, mas implica elementos existenciais e relacionais (TEMPORELLI, 2010, p.50-52).

O ser humano só é humano em relação. Jesus aprende a ser humano com Maria, é a partir da posição dos pequenos e sofredores que Ele olha a vida e as relações humanas. A sapiência de Jesus, demonstrada em suas parábolas, é gestada na experiência humilde e pobre de Nazaré, junto com Maria, José e seu clã. “Maria se converte numa peça-chave da fé cristã, pois é ela quem dá carne humana ao Deus encarnado; ela nos permite enraizar o cristianismo na história” (TEMPORELLI, 2010, p.23).

4. Os desafios da mariologia no processo de releitura

Diante do exposto, fica clara a necessidade de uma mariologia cristológica que tenha por base a íntima relação de Maria com Jesus. Para tanto, existe uma série de desafios neste processo de releitura do dogma e do discurso mariológico. Os desafios aqui enumerados não esgotam a totalidade das peripécias desta empreitada, mas visam abrir o diálogo e a reflexão.

Há uma compreensão distorcida do dogma, tal como elencamos, que dificulta sua compreensão. No caso do dogma da maternidade, o seu fim, como mostra Temporelli, é explicitar aquilo que se encontra na base do evangelho e de toda a cristologia: o Verbo de Deus se carne (TEMPORELLI, 2010, p.72). Contudo, permanece a dificuldade de fazer uma nova hermenêutica capaz de apresentar Maria como mulher de fé que, aceitando a vontade de Deus, colabora na obra da salvação, ensinando Jesus a viver entre nós e como nós. O desafio está, sobretudo, na tecedura de um discurso que atinja o conjunto dos fieis.

⁷ Karl Rahner, num artigo de 1951, depois compilado num tomo, 1500 anos após a declaração de Calcedônia, propõe uma releitura do dogma, afirmando que mais que ponto de chegada, o concílio é um ponto de partida para a reflexão cristológica. Cf. RAHNER, Karl. *Escritos de Teologia* – Tomo I. 3. ed. Madri: Taurus, 1967. O mesmo se poderia pensar da relação de Jesus com Maria e a importância de Maria na sua ação humana na história da salvação, na formação da personalidade de Jesus.

No discurso religioso sobre o ser humano, constata-se uma forte tendência a negar a unidade e beleza do ser humano, dito de outro modo: ressalta-se a alma do ser humano em sua grandiosidade e deprecia-se o corpo como cárcere da alma, vive-se num neoplatonismo dos tempos presentes. É uma antropologia de corte dualista fortemente arraigada em muitas experiências de fé que ganha novo vigor com muitas experiências pentecostais presentes. Ao revisitar o dogma e o evangelho, percebe-se Maria como mulher humana colaboradora ativa no plano da salvação.

No dogma da Theotokos é ressaltada Maria como mãe de Deus segundo a carne, o que significa superar o dualismo da filosofia helenística e introduzir pessoalmente a Deus na humanidade concreta e em sua história, rompendo dessa forma com toda concepção espiritualista. Na afirmação de que Maria é a mãe histórica de Jesus, Filho de Deus, não pode existir idealismo nem separação do corpo e do espírito. (TEMPORELLI, 2010, p.71).

Outra dificuldade consiste na enorme indiferença ao sofrimento do outro e na luta pelo bem comum que caracterizam nossos tempos. Vivemos numa sociedade individualizada, tal como aponta Zygmunt Bauman, em que a efetivação da liberdade individual desconsidera a dimensão intersubjetiva própria das relações humanas, bem como desvaloriza as instâncias de caráter comunitário. Nesse contexto, apresentar um discurso mariológico que afirme Maria como aberta a vontade de Deus, discípula e servidora dos irmãos, soa estranho e herético.

O fundamentalismo crescente suscita leituras rigoristas e intimistas da fé que não permitem compreender a profundidade e atualidade da palavra de Deus. Não está preocupado em compreender o contexto dos textos bíblicos e escutar a Tradição eclesial, mas permanece com numa leitura superficial. Ao lado desta postura, temos a multiplicação de *shoppings* religiosos que promovem “alívios existenciais”. Longe de promover uma fé comprometedora, estes espaços oferecem uma fé a ser consumida individualmente.

Também tem emergido com enorme força uma proliferação de grupos que se contrapõem ao concílio Vaticano II. Entre estes movimentos, existe um pietismo devocional que obscurece a relação entre Maria e Cristo, recusam-se a perceber as características humanas de Maria, sua vida de dedicação, os desafios sociais e a opressão que ela enfrentou.

Para além do devocionalismo arraigado, existe uma enorme distância entre as experiências devocionais de fé do povo e a teoria mariológica, isto é, parece haver um divórcio prático entre os dogmas marianos e a vida social dos cristãos (TEMPORELLI, 2010, p.17). O desafio, por conseguinte, é superar a distância e a dicotomia existente entre estas duas dimensões da fé. Também é importante lembrar que os dogmas nasceram e evoluíram ligados à vida concreta da Igreja e da sociedade.

Tendo no horizonte que a cristologia é a base da mariologia, também é preciso perguntar que cristologia está por trás da mariologia, isto é, de uma cristologia triunfalista só pode resultar uma mariologia triunfalista que esquece Maria mulher discípula da Galileia. Além disso, dificulta-se o diálogo ecumênico com as Igrejas da Reforma, uma vez que se resalta aspectos de Maria para além daquilo que era a intenção do dogma, é um desafio permanente para a unidade.

Contudo, se existem tantos desafios também há sinais que motivam a manter viva a esperança. Entre eles, temos o maior acesso as Escrituras e ao conhecimento teológico. A teologia bíblica tem se desenvolvido enormemente, possibilitando uma leitura revigorada das Escrituras. As perspectivas feministas trazem elementos que corroboram para pensar o papel e a atuação da mulher, ao mesmo tempo, permite fazer uma leitura da bíblia que contemple as figuras femininas. A leitura da teologia da libertação permite uma identificação dos pobres e sofredores com Maria. “Deus não escolheu para ser mãe alguém considerada grande, real, rica e sofisticada pela sociedade ou pela religião, e sim aquela que foi considerada sem valor e marginal.” (TEMPORELLI, 2010, p.65)

À guisa de conclusão

O discurso sobre Maria tem enorme vivacidade e colorido em todos os tempos. Ela representa a figura feminina aberta ao chamado de Deus capaz de responder em liberdade, que ultrapassa toda opressão e patriarcalismo, se coloca a caminho como discípulo. Representa a força e a sabedoria de todas as mulheres.

Maria serve de inspiração para todas as mulheres para além do seu papel de mãe e esposa. Contudo, quando se reflete sobre o dogma da maternidade e sua implicação na vida dos fiéis não se pode esquecer que sua presença no dogma não encontra razão em si própria. A sua presença tem a finalidade de garantir a humanidade de Jesus diante do monofisismo.

Ter claro esta relação pode possibilitar a leitura de Maria desde sua colaboração para a formação humana de Jesus e, ao mesmo tempo, reafirmar a humanidade-divindade de Jesus. Não há receitas para esta empreitada da mariologia, mas há pistas: partir sempre das Escrituras; olhar os dogmas no contexto de sua formulação, tentando compreender seu contexto; colaborar para a passagem de um devocionismo mariano para uma devoção madura; enaltecer a beleza e dignidade de todo ser humano a partir da vida do próprio Jesus; estar disposto a acolher e escutar as outras tradições cristãs; e ter os olhos fixos em Jesus.

Referências

- AIELLO, A.G. Dogmas. In: DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore (Dir). *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.p.410-420.
- BEUTLER, Johannes. *Evangelho segundo João: Comentário*. São Paulo: Loyola, 2016.
- DE FIORES, Stefano. *Maria em la teologia contemporânea*. Salamanca: Sígueme, 1991.
- FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos II*. 4^a.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- KASPER, Walter. Relações entre evangelho e dogma. *Concilium*, Rio de Janeiro, n.21, p.127-139, jan.1967.
- MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de Mariologia*. São Paulo: Paulinas, Santuário, 2012.
- RAHNER, Karl. *Escritos de Teologia* – Tomo I. 3. ed. Madri: Taurus, 1967.
- SERRA, A. Mãe de Deus. In: DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore (Dir). *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.p.766-780.
- SESBOUÉ, B.; WOLINSKI, J. *História dos dogmas*. v.1. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- TEMPORELLI, Claudia. *Dogmas marianos*. São Paulo: Paulus, 2010.
- WELTER, Peter. Dogma. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, Paulinas, 2014.p.568-573.